

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDO: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO

Maria Dolores Martins COUTINHO-UNICAMP/INES

Resumo: Esse artigo tem por objetivo discutir a formação de professores de surdos segundo uma proposta de educação bilíngue em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua de instrução e a Língua Portuguesa assume uma perspectiva de segunda língua, a partir de uma visão socioantropológica da surdez (Wrigley, 1997; Skliar, 1997; 1999), segundo a qual os surdos integram um grupo cultural e linguisticamente minoritário. Serão abordadas duas propostas de formação de professores para atuarem nesse contexto, em especial, a do Curso Bilíngue de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos, centro de referência na área da surdez que, além de seu curso presencial iniciado em 2006, prepara-se para implementar um curso à distância, na modalidade semi presencial com polos nas cinco regiões do Brasil, ampliando assim a oferta de formação de professores para atuarem junto a esse público. Os dados referentes ao curso em questão foram obtidos por meio de consulta ao seu projeto, publicado no site da instituição¹ e de uma entrevista realizada com sua atual gestora, a professora Wilma Favorito. A análise mostra que esse projeto apresenta alguns diferenciais, como um currículo que contempla diversas disciplinas na área da linguagem bem como a alta concentração de alunos surdos, em torno de 30%, que favorece a discussão dos aspectos relacionados à educação das pessoas surdas tendo como base as experiências vivenciadas por eles, o que significa um avanço na política de formação de recursos humanos para atuarem junto à população surda. No entanto, tal política só será, de fato, emancipatória para as pessoas surdas, se for conjugada com uma política de educação que privilegie as escolas bilíngues para surdos.

Palavras-chave: formação de professores; currículo; educação bilíngue para surdos.

Introdução

A década de 1990 trouxe, para o cenário da educação de surdos, uma nova perspectiva de educação. A concepção oralista, com uma abordagem clínica e normalizadora baseada numa representação dos surdos como seres incompletos, deficientes e necessitados de reabilitação, presente nesse cenário de forma hegemônica até a década de 1980, começa a ser interpelada por uma nova forma de representar os surdos, qual seja, como falantes de uma língua própria, inseridos no âmbito dos discursos e práticas associados às minorias linguísticas e culturais, o que configura uma concepção sócio-antropológica da surdez (Skliar, 1997).

Tal concepção, inspirada nos estudos desenvolvidos desde a década de 1960 por antropólogos, sociólogos e, pelo linguista estadunidense Willian Stokoe, que

comprovou o status linguístico da língua de sinais americana, abrindo caminho para o futuro reconhecimento das línguas de sinais de cada país, aponta para uma nova forma de conceber a educação de surdos a partir de um projeto de educação bilíngue em que a língua de sinais do país – no Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) – é considerada a primeira língua e deve ser a língua de instrução, enquanto a língua majoritária da comunidade – no Brasil, a Língua Portuguesa – assume uma perspectiva de segunda língua, devendo ser desenvolvida na modalidade escrita em sala de aula e, opcionalmente, na modalidade oral a partir de uma perspectiva clínica, a cargo de profissionais da fonoaudiologia.

Assim, em oposição a uma concepção de surdez que enfatiza a deficiência, a perda sensorial e a ausência, a partir de uma visão clínica que busca a cura, a concepção sócioantropológica enfatiza as potencialidades geradas pela experiência visual que têm, nas línguas de sinais, sua expressão mais representativa, embora não se limite a estas, mas inclua todos os “mecanismos de processamento da informação, e todas as formas de compreender o universo em seu entorno” (SKLIAR, 1998:28). Para Wrigley (1997) a mudança de olhar desloca a produção da surdez do corpo para as interações sociais, não importando o grau da surdez, mas a identificação do sujeito com um grupo que partilha dessas percepções, tendo como principal marca identitária e constitutiva uma língua de sinais, o que leva à constituição de culturas e identidades surdas (Perlin, 1998) e define uma alteridade surda, a partir de uma visão antropológica. Desta perspectiva, a surdez é concebida como uma diferença política e cultural.

No Brasil, o discurso a favor da educação bilíngue para surdos foi politicamente legitimado a partir da promulgação da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, na qual a Libras é reconhecida como uma língua oficial do país, como meio legal de comunicação e expressão, “um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002) e do decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005) que regulamenta a lei 10.436 e dispõe sobre a língua brasileira de sinais sendo, essa conquista, fruto dos movimentos sociais de surdos que vem se organizando politicamente, mais fortemente a partir da década de 1990.

Apesar de não haver, atualmente, uma oposição contundente a essa abordagem nos meios acadêmicos e de educação básica, estando a mesma presente nos documentos oficiais do Ministério da Educação (BRASIL, 2005) que orientam a política de educação de surdos no Brasil, esta ainda é, até hoje, alocada nas políticas públicas

relacionadas à Educação Especial, que baseia suas práticas numa representação de deficiência. Essa área é uma espécie de guarda-chuva que abriga coisas tão distintas quanto inconciliáveis. Fala-se de educação especial como se esse título abrigasse um grupo monolítico e homogêneo, como se as necessidades dos surdos, cegos, deficientes mentais e físicos e toda a sorte dos chamados deficientes fossem as mesmas.

A SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), secretaria do Ministério da Educação encarregada da implementação das políticas públicas para a educação das pessoas surdas, traz na abertura da sua página na web a seguinte missão:

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) em articulação com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, **educação especial**, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo da Secadi é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais (grifo meu).¹

Essa missão justifica as políticas públicas para a educação das pessoas surdas, atualmente em vigor no Brasil, orientadas para a inclusão, que apresenta conflitos com a perspectiva de educação bilíngue já que não garante a aquisição precoce da Libras como primeira língua, pois ainda que exista algum contato dos surdos com essa língua, este, via de regra, acontece através de pessoas que a utilizam de forma precária como segunda língua. Também não garante que seja a língua de instrução pois, ainda que existam intérpretes, toda a arquitetura escolar é montada para os ouvintes, em Língua Portuguesa, que é a primeira língua da maioria dos alunos.

Ao contrário das crianças ouvintes que adquirem a língua materna na família, as crianças surdas “dependem da ação mediadora da escola para aprenderem a língua de sinais. São bilíngües por contingência e não por opção” (FERNANDES, 2009). Essa é a situação em que se encontra a maioria das crianças surdas uma vez que mais de 90% delas nascem em famílias ouvintes, falantes de uma língua oral que não pode ser adquirida naturalmente pela simples exposição a ela e frequentam escolas inclusivas onde a língua do currículo é a Língua Portuguesa. Sem a primeira língua, como ter acesso à segunda língua e aos demais conhecimentos veiculados na escola?

É nesse sentido que, na contramão da política implementada pelo governo federal, os movimentos sociais de surdos reivindicam a criação de escolas bilíngues

onde a língua de instrução seja a Libras e a Língua Portuguesa assuma a perspectiva de uma segunda língua e cuja concepção se dê a partir dos estudos identificados com as minorias linguísticas e culturais e não com base nos pressupostos da Educação Especial. Para Skliar (1999, p.12), no entanto, a Educação Bilíngue “não se deve justificar somente como ideário pedagógico a ser desenvolvido dentro das escolas”, mas a partir de uma política de Educação Bilíngue que, de fato, compreenda novas configurações nas relações institucionais.

Pensar a educação de surdos a partir de um projeto de educação bilíngue nos faz refletir sobre a formação de professores que, de modo geral, ainda não contempla uma reflexão e uma preparação para essa perspectiva de ensino. E como deve ser essa formação?

Algumas iniciativas

O decreto 5626/05 que regulamenta a lei 10436/02, a Lei de Libras, dispõe, em seus artigos 4º e 5º, sobre a formação de docentes de Libras para atuarem na segunda fase do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, bem como na educação infantil e primeira fase do ensino fundamental. Segundo o decreto, tal formação deve ser realizada em “em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua” no primeiro caso, e “em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe”, no segundo caso.

Na esteira deste decreto duas iniciativas merecem destaque, a partir de 2006. Uma foi a criação do curso de Licenciatura em Letras/Libras, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), um curso na modalidade presencial para os estudantes locais e à distância, na modalidade semi presencial, para estudantes de vários estados do Brasil. A primeira turma contava com 9 pólos e formou 374 professores de Libras. A segunda, iniciada em 2008, formou 378 professores de Libras e 316 bacharéis em tradução e interpretação Libras/Língua Portuguesa e foi realizado em 15 pólos. A UFSC oferece também um programa de pós-graduação tendo em seus quadros vários professores doutores surdos. As aulas são ministradas, em sua maioria, em Libras.

Outra iniciativa foi a criação do curso Normal Superior pelo instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), centro de referência na educação de surdos e órgão do

Ministério da Educação onde, além deste curso, funciona, também, um Colégio de Aplicação que atende alunos surdos desde a estimulação precoce de bebês até o Ensino Médio, além de alunos com múltiplas deficiências associadas à surdez. O histórico da implementação deste curso e sua atual proposta curricular serão aprofundados a seguir.

Curso bilíngue de pedagogia do INES

Primeiramente concebido como Curso Normal Superior, esse curso foi autorizado pela Portaria Ministerial 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no DOU de 18 de agosto de 2005, contando com as habilitações em Magistério para Educação Infantil e em Magistério para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A primeira turma foi iniciada em maio de 2006 e, como não havia sido realizado um concurso público para a nomeação de professores efetivos, esta contou, inicialmente com professores contratados.

Ainda em 2006, por meio da Portaria SESU nº 942, de 22 de novembro de 2006, publicada no DOU de 23 de novembro de 2006, o Curso Normal Superior foi transformado em “Curso Bilíngue de Pedagogia – Licenciatura”, com as seguintes habilitações: a) Magistério para Educação Infantil; b) Magistério para Anos Iniciais do Ensino Fundamental (inclusive Educação de Jovens e Adultos – EJA); c) Magistério das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio e d) Funções extra-classe, conforme art. 64 da LDB: administração, orientação e supervisão escolar. Neste ano também foi realizado um concurso público para preenchimento de dez vagas para professores que culminou com a nomeação, no início de 2007, de 8 professores efetivos em regime de dedicação exclusiva.

O curso conta atualmente com 63 alunos surdos e 149 ouvintes, ou seja, 30% dos alunos são surdos. Segundo a atual gestora do curso, a forte presença de alunos surdos configura um diferencial em relação aos outros cursos de Pedagogia, pois traz a discussão sobre a educação de surdos para a sala de aula, por meio de suas vivências no processo de escolarização e no convívio na sociedade ouvinte. Além disso, o fato de ser realizado no INES, onde há uma grande circulação da Libras, faz com que os alunos estejam imersos num ambiente linguisticamente favorável à aquisição desta língua, de modo especial os alunos ouvintes, que apesar de passarem por uma avaliação em Libras para ingresso no curso, apresentam níveis diferenciados de fluência nesta língua e uma

minoridade de alunos surdos que, por não terem sido expostos precocemente a essa língua encontram-se também em processo de aquisição.

O currículo do curso bilíngue de pedagogia é organizado a partir de eixos norteadores – um por semestre – que permitem uma interdisciplinaridade entre as atividades formadoras que compõem o semestre (perspectiva orientadora vertical). São eles: Reconstruindo a trajetória educativa; Construindo olhares sobre o cotidiano escolar; Problemáticas cotidianas na profissão docente; Aprofundando relações ensino-aprendizagem no trabalho pedagógico; Redesenhando entendimentos educativos; Delineando propostas metodológicas; Reconstruindo a trajetória de formação; Rediscutindo propostas educativas e metodológicas.

Além disso também prevê uma interdisciplinaridade entre atividades formadoras afins que vão se adensando ao longo do curso (perspectiva orientadora horizontal). Tais atividades também são agrupadas em núcleos de estudos (núcleo de estudos básicos, núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e núcleo de estudos integradores) que também promovem uma interdisciplinaridade entre as mesmas.

O mapeamento do curso nos permite observar a presença de disciplinas na área da linguagem que não costumam compor o currículo de outras faculdades de Pedagogia, o que também constitui um diferencial deste curso, entre elas, **Tópicos Avançados de Âmbito Bilíngue, Leituras e Escritas, Práticas Discursivas e Especificidades Lingüísticas**, cujas ementas são destacadas a seguir, além de sete períodos de **Língua Portuguesa Escrita**.

Leituras e Escritas

Conteúdos desta Atividade Formadora compreendem estudos relacionados com a LIBRAS e a Língua Portuguesa, como meios de partilha da linguagem no contexto escolar e na vida cotidiana. A partir dessas, são então trabalhadas abordagens sobre reaprender a ler compreensivamente, a escrever com autonomia, a expressar as próprias idéias.

Práticas Discursivas e Especificidades Lingüísticas

Neste conteúdo, abordam-se especificidades lingüísticas de surdos falantes de LIBRAS. Também posiciona-se a escrita como território cultural e enfocam-se narrativas de textos literários e acadêmicos no espaço da escola. Introduzem-se ainda visões

retrospectiva e prospectiva do exercício da narrativa escolar e da reescrita de sua própria prática.

Tópicos Avançados de Âmbito Bilíngue

Nesta Atividade Formadora são desenvolvidos Estudos Dirigidos, Oficinas de Libras, Monitorias, Laboratórios e posteriores Extensões e participações em Pesquisas.

Ainda segundo a gestora, após o reconhecimento do curso pelo MEC em 2012, foi formado um grupo de trabalho com os professores efetivos da faculdade e, desde então, o currículo vem sendo reformulado. Uma das principais alterações foi a inclusão da disciplina de Libras, que deverá ser ministrada efetivamente após a nomeação de professores de Libras concursados recentemente, mas ainda não empossados.

O curso recebe anualmente 60 alunos distribuídos em duas turmas, uma à noite e outra pela manhã e tem o Colégio de Aplicação do INES como campo de pesquisas e estágios, ainda que não se excluam outras instituições que também estejam interessadas na formação de professores bilíngues. A Libras e a Língua Portuguesa estão presentes nas interações em sala de aula onde, em cada turma, atua uma dupla de intérpretes e as traduções/interpretações são realizadas da Língua Portuguesa para a Libras bem como da Libras para a Língua Portuguesa.

É importante destacar que a instituição dispõe de intérpretes no quadro de funcionários efetivos, nomeados por concurso público, que participam, além das aulas da graduação e da pós graduação, de todas as atividades em que envolvam os alunos surdos, tais como, orientações de monografia, cursos de extensão, grupos de pesquisa e reuniões. Como parte do trabalho dos intérpretes, foram feitas traduções, para a Libras, de todos os documentos da estrutura organizacional da Faculdade como Manual do Aluno e Regimento do Colegiado e de textos acadêmicos, projeto já iniciado, embora ainda se encontre em fase experimental.

Uma outra particularidade do curso é estar prevista, em seu projeto, uma flexibilidade na correção de provas e/ou trabalhos redigidos pelos alunos surdos, usuários da Língua Portuguesa como segunda língua, “quando serão considerados o aspecto semântico e a singularidade linguística manifesta no nível formal de sua escrita” bem como estão previstos “mecanismos a serem utilizados para avaliação de conhecimentos expressos em LIBRAS” (p.11).

No momento, com o objetivo de ampliar a oferta de formação de professores que possam estar aptos a atuarem na educação de surdos a partir de uma proposta de educação bilíngue, o INES se prepara para implementar o Curso de Pedagogia Bilíngue EAD. Será um curso à distância na modalidade semi presencial, realizado em 10 polos distribuídos entre as cinco regiões do Brasil, nos moldes do já citado curso de Letras/Libras promovido pela UFSC. Por isso mesmo, vários coordenadores de polo deste curso serão também responsáveis pelos polos do Curso de Pedagogia Bilíngue EAD, pois preenchem os requisitos avaliados na escolha desta coordenação, quais sejam, ser da área da surdez, ter experiência com surdos na universidade, ter alguma experiência com EAD e estar numa região onde haja, segundo o IBGE, uma demanda considerável de educação de surdos. Esse projeto é uma das metas do plano **Viver sem Limites** do Governo Federal e será financiado por ele.

O INES promove também cursos de extensão na área da surdez e, um curso de especialização sobre Educação Bilíngue, já em sua segunda turma. São turmas mistas formadas por surdos e ouvintes e a disponibilização de vagas é feita na proporção de 50% para cada grupo.

Conclusão

O exposto neste artigo aponta para políticas públicas em andamento desde a promulgação do decreto 5.626/05, no que diz respeito à formação de profissionais para atuarem em contextos de educação de surdos. No que tange à empregabilidade desses profissionais, em especial os profissionais surdos, vários egressos do curso de Letras/Libras estão ocupando o cargo de professor de Libras em universidades brasileiras, cargo esse criado em decorrência da obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia, a partir do referido decreto.

É fato que o único semestre letivo desta disciplina, oferecido pelas faculdades, não é suficiente para promover a fluência dos futuros docentes nessa língua, mas é inegável que foi aberto um espaço de atuação profissional para os surdos, sujeitos que historicamente estiveram (e na sua maioria ainda estão) alijados deste espaço até mesmo como estudantes. Outros egressos deste curso também atuam em algumas escolas de educação básica como é o caso do INES, onde foram empossados vinte e um professores surdos através de concurso público no ano de 2013.

Quanto aos egressos da faculdade de Pedagogia do INES, ainda não há dados disponíveis sobre a empregabilidade destes professores, embora já esteja em curso uma pesquisa com essa finalidade. É fundamental, no entanto, refletir sobre as possibilidades de absorção, pelo mercado de trabalho, dos profissionais surdos formados por este curso, tendo em vista a política governamental de educação de surdos, orientada para a inclusão. É difícil pensar numa outra forma de atuação desses profissionais que não seja subalternizada em relação ao profissional ouvinte.

Importa destacar, também, que a escola bilíngue para surdos é a opção preferencial de educação para as crianças surdas, pela possibilidade de favorecer o contato destas entre si bem e com adultos surdos, usuários competentes da Libras, tendo garantida a sua aquisição natural e precoce, uma vez que, sendo em sua maioria oriundas de famílias ouvintes, estas não dispõem de outra possibilidade de acesso a essa língua que não em escolas bilíngues, além de poderem dispor de uma educação planejada de acordo com as suas singularidades. Esse modelo de escola, principal reivindicação dos movimentos sociais de surdos atualmente, é também o lócus privilegiado de atuação desses profissionais surdos.

As escolas inclusivas, mesmo as que dispõem de intérpretes, não podem ser consideradas escolas bilíngües. São escolas planejadas para os ouvintes em que o intérprete, quando existe, faz uma mediação professor/aluno, que na maioria das vezes não é suficiente para levar os alunos surdos a uma real aprendizagem.

Para concluir, destaco a constituição, em 2013, de um grupo de trabalho designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI, composto por profissionais surdos e ouvintes atuantes na docência e na pesquisa na área da surdez, com o objetivo de fornecer subsídios para a formulação da política linguística de educação bilíngue – Libras e língua Portuguesa. O trabalho, concluído nos primeiros meses do ano de 2014, gerou um documento intitulado **Relatório do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº1.060/2013 e nº91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**¹, que ratifica, em seu texto, a opção pela escola bilíngue como lugar privilegiado para a educação de crianças surdas e define uma série de metas operacionais que referem-se à implantação de uma política de educação bilíngue para surdos, não só no que tange à estrutura das escolas como também à formação de recursos humanos e à aquisição das duas línguas.

É fundamental que, aliado a um esforço de formação de recursos humanos qualificados para atuarem na educação de surdos, sejam criadas escolas que, de fato, atendam às singularidades da população surda brasileira. Nesse sentido, é necessário que a opção por uma educação bilíngue de qualidade seja uma política de Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL 2002. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 21/04/2014.

BRASIL. 2005. Decreto nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 23/04/2014.

FERNANDES, Sueli. Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos. Curitiba: SEED, 2006.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In SKLIAR, Carlos (org) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Madiação, 1998

SKLIAR, Carlos. A educação para os surdos entre a pedagogia especial e as políticas para as diferenças. In *Anais do seminário Desafios e possibilidades na educação bilíngue para surdos*. INES, Rio de Janeiro, 1997

_____. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In SKLIAR, Carlos (org) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Madiação, 1998

_____. A localização política da educação bilíngue para surdos. In SKLIAR, Carlos (org) Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. Volume 1

WRIGLEY, O. *The Politics of Deafness*. Washington: Gallaudet University Press: 1997.